

Relatório Política de Drogas 2013

CBDD / Viva Rio

Em 2013, as ações da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia e do Viva Rio no âmbito da política de drogas impactaram de forma destacada em 4 âmbitos: Justiça, Legislativo, Opinião Pública e Intervenções nos campos da Saúde e da Assistência social.

O presente relatório apresenta algumas ações efetuadas em cada uma dessas dimensões.

Justiça

Por iniciativa da CBDD, em 16 de abril de 2013, sete ministros da Justiça que atuaram nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso assinaram uma carta atestando a inconstitucionalidade da criminalização do uso de drogas. O documento foi entregue pelo ex-ministro José Gregori ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

Os subscritores se somaram assim às manifestações encartadas nos autos do Recurso Extraordinário 635.659, apresentado pela Defensoria Pública Geral do Estado de São Paulo e apoiado pelo Viva Rio no papel de *amicus curiae*, para requerer à Corte o reconhecimento da incompatibilidade do crime de porte de drogas para consumo pessoal com o modelo constitucional vigente, pautado na dignidade humana, na pluralidade política e no respeito à intimidade e à vida privada dos cidadãos.

Os ministros signatários do manifesto são: Tarso Genro (2007 a 2010), Márcio Thomaz Bastos (2003 a 2007), Aloysio Nunes Ferreira Filho (2001 e 2002), Miguel Reale Júnior (2002), José Gregori (2000 e 2001), José Carlos Dias (1999 e 2000) e Nelson Jobim (1995 a 1997).

Leia a carta dos ministros: <http://vivario.org.br/drogas-ministros-da-justica-afirmam-que-criminalizacao-do-usuario-e-inconstitucional/>

Frente parlamentar

A tramitação na Câmara do PL7663/2010, do deputado Osmar Terra, representou o principal desafio na arena legislativa. No primeiro semestre de 2013, o Viva Rio e a CBDD se esforçaram por dificultar a aprovação desse projeto de lei e, graças à interlocução junto a líderes de partidos contrários ao projeto, conseguiram retirá-lo da pauta de votação durante algumas semanas. Também se articularam conversas entre líderes religiosos favoráveis à descriminalização e parlamentares da bancada

evangélica, núcleo influente e atuante no parlamento.

O PL7663/2010 foi finalmente aprovado em maio na Câmara dos Deputados e seguiu tramitação no Senado inscrito como PLC37/2013. Nessa nova fase, a CBDD e o Viva Rio aplicaram com sucesso uma tática compensatória para evitar sua tramitação em regime de urgência. O canal de diálogo mantido em Brasília com membros dessa casa, em especial com o senador Antônio Carlos Valadares, relator do projeto, resultou na inclusão no PLC37 de emendas que reforçam provisões para evitar a prisão de usuários de drogas, introduzindo um critério objetivo para diferenciar usuários de traficantes e permitindo que, salvo agravantes, acusados de tráfico possam enfrentar o processo em liberdade provisória.

O relatório do senador Valadares foi lido diante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal em 18 de dezembro e um grupo de parlamentares, em nome da senadora Lídice da Matta, pediu vista do projeto para um novo parecer. Com isso, o PLC37 só poderá retomar seu caminho em março de 2014, seja para consideração por outras comissões ou para eventual votação no plenário.

Essas emendas e os pedidos de vista acima relatados representam um ganho processual concreto, pois implicam, em caso de aprovação no plenário, a volta do PLC37 à Câmara dos Deputados para discussão e aprovação do que foi modificado. Sendo 2014 um ano marcado por disputas eleitorais federais e estaduais, reduziu-se o espaço para que a proposta conclua com sucesso seu caminho e se torne lei antes do fim da atual legislatura.

Principais emendas introduzidas pelo relator Antonio Carlos Valadares, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal:

- Elementos mais objetivos para diferenciar o usuário de drogas do traficante, eliminando “circunstâncias sociais e pessoais” e incluindo a presunção (cabendo prova em contrário) de que a droga se destina ao consumo pessoal caso a quantidade encontrada seja suficiente para cinco dias de consumo, conforme quantidades a serem definidas pelo Poder Executivo para cada tipo de droga.
- Retira o aumento de pena para traficante que chefiar organização criminosa, tendo em vista a promulgação da Lei n. 12.850/2013.
- Adequação do crime de associação para o tráfico (art. 35) com o novo art. 288 do CP (associação criminosa): associarem-se três ou mais pessoas (e não duas); pena máxima reduzida de 10 para 6 anos.
- Permite a liberdade provisória e a conversão de penas em restritivas de direitos, conforme julgamentos do STF, que declarou inconstitucionais as vedações a esses benefícios, bem como a proibição de o réu apelar em liberdade.
- Adequação à nova lei das medidas cautelares no processo penal (Lei 12.403/2011), que disciplina a prisão preventiva e viabiliza a aplicação de

medidas cautelares alternativas à prisão.

Adicionalmente, ao longo do segundo semestre de 2013, as equipes técnicas do senador Eduardo Suplicy e da campanha “Lei de Drogas: é preciso mudar” trocaram apreciações sobre o texto da lei. Esse diálogo deu como resultado a proposição de um conjunto de mudanças legais que avançam na direção da descriminalização dos usuários e ainda vislumbra formas legais de regulação da produção, oferta e consumo de drogas. O senador Suplicy está disposto a apresentar ao Senado essa proposta como projeto de lei a partir da legislatura que iniciará em 2015.

Opinião Pública, em debates por Segmentos da sociedade

A CBDD e o Viva Rio entendem a importância de caminhar junto com segmentos representativos e atuantes da sociedade brasileira para promover as transformações necessárias na política de drogas. O presente relatório apresenta algumas das ações efetuadas neste sentido em diálogo com forças de segurança, organizações religiosas e acadêmicos.

Forças de segurança

A CBDD e o Viva Rio avançaram na promoção do debate junto às forças de segurança em torno da necessidade de mudar a lei de drogas. Essa aproximação foi fundamental também para dar maior visibilidade aos problemas que traz a atual lei de drogas para a prática policial no momento da abordagem dos usuários de drogas, dos traficantes e quanto à situação dos policiais que são usuários de drogas.

Seguindo os esforços iniciados em finais de 2012, quando foi realizado um primeiro seminário sobre o saúde e política de drogas na Escola Superior da Polícia Militar, realizaram-se mais dois seminários em 2013.

O primeiro Seminário, realizado em março, chamou-se “Saúde e Política de Drogas: a Polícia Civil no front do debate”. Nele reuniu-se Polícia Civil com acadêmicos e representantes do Judiciário para mostrar como a legislação influi nas práticas policiais e discutir abertamente as implicações de uma agenda muitas vezes oculta.

O segundo Seminário, realizado em maio, chamou-se “A prática policial e as novas questões sobre política de drogas”. Ali se convocou oficiais da Polícia Militar de nível intermediário que se preparam para assumir posições de comando como Tenentes Coronéis, para pensar alternativas para a prática policial ao uso e o comércio de drogas psicotrópicas. Autoridades policiais reconheceram ali a pouca eficácia da abordagem de “guerra às drogas” e a possibilidade de uma abordagem fora da esfera criminal e mais próxima da saúde pública.

Essa aproximação pouco freqüente com as forças policiais se complementou em 2013

com a introdução nos cursos de formação dos policiais militares de uma discussão sobre os problemas da atual lei de drogas. Tanto no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais quanto no Curso Superior de Polícia, a cadeira de Direitos Humanos ministrada pelo Coronel Ubiratan Ângelo, coordenador de Segurança Humana do Viva Rio, promove esse tipo de reflexão.

Principais ações junto às forças de segurança:

26/03/2013 – **Seminário – Segurança Humana** – Saúde e Política de Drogas: A Polícia Civil no Fronte do Debate

Local: ACADEPOL

Saiba mais: <http://vivario.org.br/debate-sobre-politica-de-drogas-chega-a-policia-civil/>

28/05/2013 – **Seminário – Segurança Humana** – A Prática Policial e as novas questões sobre Política de Drogas

Local: Escola Superior da Polícia Militar.

Saiba mais: <http://vivario.org.br/politica-de-drogas-volta-ao-debate-na-pm/>

Segundo Semestre – Dois cursos sobre Direitos Humanos para Oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro incluem o tema da descriminalização do uso de drogas.

Igrejas e organizações religiosas

No diálogo com o segmento religioso, notadamente com as igrejas evangélicas, a CBDD e o Viva Rio contaram com a parceria e mediação construída principalmente com:

RENAS (Rede Evangélica Nacional de Ação Social) – Uma das redes mais importantes e atuantes entre as diversas denominações da igreja evangélica no Brasil. Reúne mais de 100 organizações, além de centenas de parceiros articulados com mais de 3.000 igrejas evangélicas em todo o território nacional.

Pastoral Carcerária Metodista do RJ – Uma das principais instituições de assistência religiosa a detentos no Rio de Janeiro. Sua adesão a campanha foi decisiva para a aproximação do Viva Rio com o segmento evangélico mais conservador no Rio de Janeiro.

Rede FALE – Rede evangélica de defesa de direitos, com ênfase nos direitos da juventude, articulada em cerca de 20 estados brasileiros. Com a fluência da rede FALE em temas como violência e extermínio de juventude negra, a CBDD e o Viva Rio conseguiram um aliado importante junto ao público jovem das igrejas, onde o efeito da “guerra às drogas” passou a ser cada vez mais discutido.

Seminários e debates também foram construídos em parceria com organizações e igrejas, buscando ampliar a discussão e a compreensão da importância da

descriminalização, com ênfase no fim da arbitrariedade permitida pela “guerra às drogas”, a valorização da dignidade humana, e o fortalecimento de uma política que valorize a saúde, o acolhimento e o tratamento, e o respeito à liberdade individual, conforme entendidos como valores cristãos consolidados.

Líderes evangélicos, a pedido da CBDD e do Viva Rio, também tiveram encontros com o senador Antônio Carlos Valadares, relator do PLC37/2013 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, com vistas a contribuir para uma mudança significativa e mais coerente ao projeto.

Em 07 de maio de 2013, a articulação da CBDD e o Viva Rio com esse segmento resultou na adesão de mais de 150 pastores e líderes evangélicos a um manifesto pela descriminalização dos usuários de drogas. A carta foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, ao senador Antônio Carlos Valadares e também à presidente Dilma Rousseff.

Leia a carta:

<http://vivario.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Manifesto-Evang%C3%A9lico-2.pdf>

Setor acadêmico

Em maio, mais de 100 cientistas ligados a universidades públicas e instituições de pesquisa de todo o país divulgaram, na sede do Viva Rio, manifesto favorável a descriminalização do usuário de drogas. Eles pediram que fosse feita uma definição clara entre o que é porte ou plantio para consumo pessoal e o que deve ser considerado tráfico.

Dentre os signatários encontram-se ex-ministros do governo Lula como Sergio Machado Rezende, da Ciência e Tecnologia, e José Gomes Temporão, da Saúde; além da presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena B. Nader. Também fazem parte desta lista, pesquisadores do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP).

Leia o manifesto:

<https://docs.google.com/a/vivario.org.br/forms/d/122GbJjdH1vhLPvfPlcPEZskpdlTkTXQN-7oDb-GgOQ/viewform>

Políticas públicas de saúde e assistência social

Uma importante mudança na orientação política do município do Rio de Janeiro quanto à abordagem da população de rua, usuários de crack e outras drogas possibilitou o início de novas parcerias entre o Viva Rio e a Prefeitura a partir de março de 2013. Até então, o governo municipal privilegiava uma visão de ordem pública e higienização das ruas. Grandes operações de remoção e internação forçada de usuários de crack

ganharam repercussão na mídia, mas pouco contribuíram para dar resposta eficaz ao problema. Foi então que se criaram as possibilidades para a implementação de estratégias de atendimento integral e redução de danos.

A Prefeitura do Rio de Janeiro abriu nova linha de trabalhos, sob a responsabilidade do Vice Prefeito e Secretário de Desenvolvimento Social, Adilson Pires, que lançou novo edital para a concorrência de organizações sem fins lucrativos que assumam a cogestão de trabalhos de campo. O Viva Rio concorreu e foi vencedor com proposta que privilegia o acesso à saúde, o respeito aos direitos humanos e os princípios da redução de danos.

Dois contratos foram assinados. O primeiro, subscrito junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, refere-se à cogestão do projeto Casa Viva. O outro, assinado com a Secretaria Municipal de Saúde, resultará na cogestão de Unidades de Acolhimento para Adultos (UA), de Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24h (CAPS-AD III) e de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) Itinerante. Esses programas visam também uma maior integração entre os serviços oferecidos pelas áreas da Saúde e da Assistência Social.

Essas novas parcerias do Viva Rio com o governo municipal se alimentaram de uma série de visitas técnicas a centros de atenção a população de rua e usuários de drogas em Nova York e Vancouver. Profissionais do Viva Rio e autoridades da Prefeitura conheceram de primeira mão instituições com ampla experiência na implementação de estratégias de redução de danos que são inspiradoras para os trabalhos a serem desenvolvidos no Rio.

Saiba mais sobre a visita de profissionais do Viva Rio ao Portland Hotel Society (PHS) de Vancouver:

<http://vivario.org.br/projeto-de-reducao-de-danos-canadense-atrai-a-america-do-sul/>

Projeto Casa Viva

Criado em 2008 pela prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto Casa Viva passou em 2013 por um processo de ampliação, agregando os setores de saúde, educação e desenvolvimento social. São cinco casas de moradia temporária para crianças e adolescentes que fazem uso abusivo de drogas localizadas nos bairros de Bonsucesso, Penha, Jacarepaguá, Del Castilho e Bangu. Cada casa tem capacidade para hospedar até 20 crianças/adolescentes, perfazendo um total de até 100 pessoas no programa. O período esperado de permanência é de até um ano, durante o qual busca-se uma reinserção na família e na comunidade.

Nas casas são ofertados serviços que envolvem a rede pública de saúde, educação, cultura, esporte e outros tipos de lazer. Promove-se um repertório de acessos necessários à ressignificação da vida de cada criança e adolescente respeitando seus desejos e limites e construindo projetos terapêuticos individualizados para reduzir sua

dependência das drogas.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) Itinerante

Realiza um trabalho de vinculação e referência com a população em situação de rua de forma processual e gradativa, com vistas ao acolhimento voluntário. Equipes formadas por assistentes sociais, psicólogos, advogados e educadores sociais procuram criar vínculos com a população de rua com objetivo de convencê-los a buscar tratamento. O Viva Rio atuará na cogestão de três Creas Itinerantes em cenas abertas de uso de crack na Zona Norte da cidade.

Unidades de Acolhimento para Adultos (UA)

Oferece cuidado 24 horas, em ambiente residencial que apresentem acentuada vulnerabilidade social e/ou familiar e demandem acompanhamento terapêutico e protetivo de caráter transitório. Atendem ao público adulto e infantil.

Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24h (CAPS-AD III)

Atendem pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não-intensivo. Oferecem retaguarda clínica e atendimento noturno.

Formação intersetorial em álcool e outras drogas

O Viva Rio realizou em 2013 um programa de capacitação em redução de danos com profissionais que atuam nas unidades de saúde espalhadas pelas 3 áreas programáticas operadas em cogestão com a Prefeitura. O objetivo é desenvolver uma abordagem adequada e de qualidade aos usuários de drogas.

Nome do curso	Profissionais capacitados
Redução de Danos Módulo 1	300
Redução de Danos Módulo 2	11
Redução de Danos Módulo Prática	45
Desintoxicação alcoólica	186
Oficina: Repensando o ambulatório	57
Projeto Terapêutico Singular	34
Tuberculose	19



Seminário *As drogas e as ruas: competências e inovações*

A CBDD e o Viva Rio realizaram entre 05 e 07 de dezembro o seminário internacional *As ruas e as drogas: competências e inovações*, com o objetivo de debater experiências bem sucedidas no Brasil e no exterior no que se refere ao cuidado e atendimento ao usuário de álcool e outras drogas.

O encontro reuniu especialistas nacionais e internacionais para pensar novas estratégias e potencializar as existentes no sentido de ajudar a preparar o sistema de saúde do Rio de Janeiro para a realidade da população de rua e dos problemas provenientes da dependência de drogas. Participaram especialistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Canadá, USA, Colômbia, Chile e Uruguai.

Os painéis contemplaram os seguintes temas:

- Política de drogas na cidade do Rio de Janeiro
- Reforma da lei de drogas sob o ponto de vista dos direitos humanos
- Reforma da lei de drogas no Brasil: desafios e perspectivas
- Acolhimento e programas de rua
- Uso de drogas no Brasil e no Rio de Janeiro
- Redução de danos e serviços de saúde
- Programas de saúde e assistência social
- Políticas de habitação, estratégias e população em situação de rua

Saiba mais sobre o seminário:

<http://vivario.org.br/suplicy-homenageia-nelson-mandela-em-forum-de-drogas/>